

X sob Musk: Amplificação política oculta, evasão regulatória e sequestro da infraestrutura democrática

Quando Elon Musk comprou o Twitter em 2022 e o renomeou como X, ele envolveu sua aquisição em uma linguagem de virtude cívica: uma “praça pública digital” onde a liberdade de expressão floresceria. Esse enquadramento era uma mentira. Na prática, Musk transformou o X em uma plataforma que distorce ativamente o discurso político por meio de algoritmos opacos, influência monetizada e desmantelamento deliberado de mecanismos de transparência. Longe de preservar a neutralidade, o X tornou-se um **vetor para promoção política oculta**, fortemente enviesado a favor de narrativas de extrema direita e simpatias autoritárias.

Reguladores da União Europeia confirmaram o que pesquisadores, jornalistas e grupos da sociedade civil suspeitavam há muito tempo: **o X viola suas obrigações legais em relação à transparência de anúncios, rotulagem política e acesso para pesquisadores**. Essas não são infrações técnicas menores. São decisões estruturais que permitem uma **influência política não declarada em grande escala**. A plataforma de Musk não apenas *permite* manipulação – ela **lucra com isso**, usando privilégios de contas pagas e incentivos algorítmicos para amplificar certos atores políticos enquanto oculta a maquinaria por trás disso.

Este ensaio apresenta uma acusação clara: **o X opera como um sistema de publicidade política não declarado**, em direta violação da lei da UE e provavelmente em contravenção às regras de transparência de campanhas no Reino Unido e nos Estados Unidos também. As evidências são esmagadoras, o motivo é visível e o impacto é global.

Da supervisão à opacidade: Um padrão de evasão

Semanas após a aquisição de Musk, a já frágil governança do Twitter foi desmantelada. O **Conselho de Confiança e Segurança** – um órgão externo de responsabilidade – foi dissolvido abruptamente. Políticas foram reescritas, equipes reduzidas e o acesso para a sociedade civil e jornalistas foi restringido. A visão de Musk de “liberdade de expressão” rapidamente se revelou como **liberdade total para aqueles alinhados com sua agenda ideológica**.

Ao mesmo tempo, Musk introduziu a **verificação paga**, efetivamente monetizando a visibilidade. A marca de verificação azul não era mais um distintivo de autenticidade, mas um ingresso para o favoritismo algorítmico. Contas verificadas – frequentemente operadores políticos, provocadores ou propagandistas – receberam distribuição amplificada e, em

muitos casos, **compartilhavam a receita da plataforma**, ligando diretamente incentivos financeiros a mensagens políticas.

Isso não foi um erro. Foi uma **reestruturação estratégica**: remover salvaguardas, embaçar as linhas entre discurso orgânico e pago e armar os sistemas de recomendação a serviço das alianças políticas de Musk.

Manipulação algorítmica não é um efeito colateral – é o modelo de negócios

O sistema de recomendação do X não é um árbitro neutro. É um **amplificador político deliberadamente calibrado**. Pesquisas internas realizadas antes da aquisição de Musk confirmaram que a linha do tempo do Twitter já **amplificava desproporcionalmente conteúdo de direita**. Sob Musk, esse desequilíbrio se intensificou.

A liberação do código open-source do X em março de 2023 foi pouco mais que uma distração. Embora tenha revelado um esqueleto para a classificação de tweets, **escondeu dados operacionais cruciais**: mudanças de parâmetros em tempo real, intervenções manuais e a influência do status pago na visibilidade. O público ainda não tem acesso às variáveis que importam: quem está sendo promovido? Quem está sendo suprimido? E por quê?

O que está claro a partir de auditorias independentes é o seguinte: **conteúdo político de contas de direita, nacionalistas e alinhadas com teorias da conspiração domina o feed “Para Você”** – especialmente quando essas contas são monetizadas ou verificadas. Na prática, o X **vende alcance político** enquanto nega que tais transações constituem publicidade.

Isso não é especulação. É um viés mensurável, apoiado por vários estudos revisados por pares e experimentos com contas falsas. Quando o engajamento se torna o princípio organizador de uma plataforma, **a indignação vence, a verdade perde e os demagogos prosperam**.

Padrões obscuros, falsa transparência e influência política paga

As descobertas preliminares da UE contra o X no âmbito da **Lei de Serviços Digitais (DSA)** e do **Regulamento 2024/900 sobre publicidade política** são devastadoras:

- O X **engana os usuários** por meio de padrões obscuros e design de interface enganoso.
- **Falha em manter um repositório de anúncios funcional**, negando aos eleitores o direito de saber quem está alvejando.
- **Bloqueia pesquisadores legítimos** de acessar os dados necessários para auditar riscos sistêmicos.

Isso não são acidentes. São táticas. O X **retém deliberadamente o acesso**, sabendo que a transparência total revelaria uma **amplificação política coordenada** disfarçada de engajamento orgânico.

A verificação paga está no centro desse esquema. Contas verificadas desfrutam de **tratamento preferencial nas classificações, elegibilidade para compartilhamento de receita e alcance ampliado** – mesmo quando seu conteúdo espalha desinformação, ódio ou propaganda política. Essa funcionalidade transforma efetivamente a plataforma em um **megafone pago para atores ideológicos**.

Na União Europeia, esse comportamento viola diretamente as leis que exigem a divulgação de anúncios políticos, a identidade do patrocinador e o uso de dados pessoais sensíveis para segmentação. No Reino Unido, está em conflito com os **requisitos de impressão digital** sob a lei eleitoral. Nos Estados Unidos, aproxima-se perigosamente da violação dos **regulamentos da FEC e FTC** sobre comunicações políticas online e marketing enganoso.

Elon Musk não é um observador neutro – ele é o arquiteto da distorção política

Até 2024, Musk havia **apoiado publicamente Donald Trump**, hospedado figuras de extrema direita em sua plataforma e se envolvido diretamente em mensagens políticas sob o disfarce de políticas corporativas. Esses não são apoios casuais – são **intervenções materiais de um proprietário de plataforma** no discurso eleitoral.

O controle sobre a política da plataforma, o design técnico e os incentivos de receita permite que Musk **incline o sistema** para recompensar seus aliados políticos e suprimir dissidências. O resultado é um ciclo de feedback: aqueles que bajulam suas visões ou provocam o máximo de engajamento sobem ao topo; outros são afogados ou desmonetizados.

Isso não é apenas perigoso – é um **viés estrutural codificado no código**. Nenhuma pose sobre “liberdade de expressão” pode mascarar o **conflito de interesses** quando um bilionário controla a infraestrutura da visibilidade política.

A linha legal foi cruzada

Na UE, o limiar para “publicidade política” é claro: **qualquer disseminação paga ou materialmente apoiada de conteúdo político deve ser rotulada, arquivada e auditável**. O X ignorou todas as três obrigações.

O **Regulamento sobre transparência e segmentação de publicidade política (2024/900)** exige divulgações que o X ignorou sistematicamente. A **Lei de Serviços Digitais** exige que plataformas muito grandes, como o X, concedam acesso a pesquisadores verificados e mantenham repositórios de anúncios confiáveis. O X desafiou essas regras – e os reguladores já estão agindo para aplicá-las.

No Reino Unido, a **Lei Eleitoral de 2022** exige impressões digitais – identificar quem é responsável pelas mensagens políticas. A configuração atual do X – onde contas pagas pro-

movem mensagens políticas sem rótulos, divulgação de financiamento ou transparência de segmentação – **zomba dessa lei**.

Nos Estados Unidos, a FEC e a FTC têm jurisdição sobre defesa explícita e marketing enganoso. **Visibilidade paga, monetização e manipulação algorítmica por um proprietário de plataforma** não estão isentos de escrutínio. A única razão pela qual ainda não foram tomadas medidas de execução é o **vácuo regulatório criado pelo lobby das plataformas e ambiguidade legal** – não a inocência legal.

As evidências existem – o X simplesmente não quer que você as veja

Registros cruciais existem. Eles incluem:

- **Comunicações internas** detalhando como o conteúdo político é tratado, classificado e monetizado.
- **Registros de faturamento e patrocínio** mostrando quem pagou por qual alcance.
- **Logs de alterações algorítmicas e relatórios de substituição** revelando quem é promovido e quando.
- **Dados do repositório de anúncios** que, por lei, deveriam divulgar campanhas políticas, patrocinadores e estratégias de segmentação.

O X se recusa a fornecê-los – não porque não existam, mas porque **provariam que a plataforma opera como um sistema de publicidade política não declarado**.

Todas as ferramentas regulatórias para forçar a divulgação existem. A UE já as está usando. Os Estados Unidos e o Reino Unido deveriam seguir o exemplo.

As desculpas não funcionam mais

- **“Tornamos o algoritmo open-source.”** → Falso. A liberação do código é incompleta e obsoleta. Pesos-chave, políticas e intervenções ao vivo permanecem ocultos.
- **“O engajamento não é ideológico.”** → Irrelevante. Sistemas que maximizam o engajamento favorecem estruturalmente conteúdo extremo, tribal e frequentemente de direita. É uma escolha de design com consequências políticas.
- **“Não há leis contra algoritmos.”** → Enganoso. Existem leis contra **influência política não declarada, sistemas de publicidade não transparentes e plataformas que enganam os usuários sobre conteúdo pago**. O X viola todos os três.

Isso não é um debate – é uma emergência democrática

O discurso político não é o problema. **A manipulação não declarada do discurso político é**. Quando as plataformas escondem quem fala, quem paga e como a visibilidade é projetada, os alicerces do discurso democrático desmoronam.

O X não apenas falha no teste de transparência – ele **o mina ativamente**. Seus sistemas **embaçam a linha entre viralidade orgânica e propaganda paga**, enquanto sua liderança lucra politicamente e financeiramente com a confusão.

Isso não é mais uma questão de política de plataforma. É uma questão de **responsabilidade legal e sobrevivência democrática**.

Conclusão: O caso contra o X

O X opera como um motor de publicidade política não declarado. Ele vende influência, esconde patrocínios, desativa a supervisão e recompensa o conteúdo que melhor serve aos interesses ideológicos e financeiros de seu proprietário.

As obrigações legais são claras. As violações estão documentadas. As consequências são imensas.

É hora de parar de fingir que isso é um debate sobre liberdade de expressão. É hora de os reguladores agirem – e os cidadãos exigirem que **as plataformas que moldam a realidade política sejam submetidas à lei política**.

Isso não é um bug. É o plano.